

PORTUGAL A SAQUE E A SALDO: Cada vez mais riqueza produzida em Portugal é apropriada por grupos estrangeiros, ficando menos para os portugueses

RESUMO DESTE ESTUDO

Em Portugal, como consequência quer do investimentos realizado no exterior quer do investimento estrangeiro em Portugal, está-se a verificar uma profunda descapitalização do país. E contrariamente à ideia que o governo PSD/CDS e os defensores do pensamento económico neoliberal dominante nos media pretendem fazer crer à opinião pública, o investimento tanto no exterior de portugueses como no país de estrangeiros não é, na sua esmagadora maioria, investimento directo produtivo, que cria riqueza e emprego, mas sim visando obter juros, mais-valias, etc., ou seja, lucros fáceis e rápidos.

O investimento total no estrangeiro de portugueses ou de entidades com residência em Portugal atingiu, em 31.12.2011, 291.629,3 milhões €. Apenas uma parcela pequena destes activos no exterior (entre 15,4% e 18% do total) são investimento directo, ou seja, foram aplicados directamente em empresas, para criar capacidade produtiva e emprego. Uma parte muito importante (39,6%) são os chamados “investimentos de carteira”, ou seja, realizado em acções e obrigações de curta e média duração visando a obtenção de ganhos financeiros rápidos. O mesmo sucede com os “Outros investimentos no exterior”, que representavam 42,3% dos activos no exterior em 2011.

Situação semelhante verifica-se com o investimento estrangeiro em Portugal. Segundo o Banco de Portugal, em 31.12.2011, a dívida total bruta do país ao estrangeiro, resultante destes investimentos, atingia 468.826,8 milhões €. Deste total, apenas 18% era investimento directo em Portugal (aquele que é referido na propaganda oficial sobre investimento estrangeiro), ou seja tendo como objectivo directo aumentar a capacidade produtiva e o emprego. Tudo o resto, na sua esmagadora maioria, eram aplicações financeiras que visavam obtenção de juros, mais-valias, etc., ou seja, aplicações que visavam arrecadar lucros rápidos e elevados. Como consequência, em apenas 6 anos (2006/2011), foram transferidos para o estrangeiro 111.461 milhões €. de rendimentos gerados em Portugal, sendo 20,3%, ou seja, 22.681 milhões de euros, referentes a dividendos e lucros distribuídos, na sua maioria de investimentos directos. Os restantes 79,3%, ou seja, 88.780 milhões de euros de rendimentos resultaram, na sua maioria, de aplicações financeiras, para não dizer mesmo especulativas. Aqueles 111.461 milhões €. de rendimentos, embora gerados em Portugal, não foram investidos internamente para criar riqueza e emprego, mas sim transferidos directamente para o estrangeiro, a maioria não pagando quaisquer impostos em Portugal. Isto significa a descapitalização do país em larga escala que se agravará no futuro com a política de privatizações a saldo levada a cabo pelo governo PSD/CDS com o apoio da “troika estrangeira”. O caso do BPN, vendido ao grupo bancário BIC, dominado por angolanos, por 40 milhões € tendo o Estado Português capitalizado antes com mais de 500 milhões € e dado um crédito sem juros de 300 milhões €, o que levou a C.E a intervir, e o caso da EDP vendida a um grupo chinês que agora, pelo que veio a público, pensa-se que o governo se comprometeu a manter as “rendas excessivas”, que contribuíram para que a EDP tivesse, em 2011, 1125 milhões € de lucros líquidos (os maiores de sempre), pagas pelos consumidores, mostra bem a política de privatizações a saldo que um governo sem sentido nacional, sem competência técnica e sem experiência, e cego pelo ideologia neoliberal está a fazer sob o comando da “troika estrangeira”, entregando a grupos económicos estrangeiros, até porque os “nacionais” estão sem liquidez para comprar, instrumentos importantes do Estado para promover o desenvolvimento e fonte de receitas para O.E. que será depois substituída por mais impostos.

O PIB (Produto Interno Bruto) corresponde ao valor da riqueza criada anualmente no país. O RNB (Rendimento Nacional Bruto) corresponde à riqueza que, em cada ano, fica no país, e que é repartida, embora de uma forma cada vez mais desigual, em Portugal. Em 1995, o RNB era superior ao PIB em 175,9 milhões €, portanto Portugal recebia mais do estrangeiro do que transferia para o exterior. Em 1996, com a entrada na União Europeia, a situação inverteu-se e Portugal começou a transferir para o exterior mais do que recebe do exterior, situação que se agravou com a entrada para a Zona do Euro, o que determinou que, em 2011, Portugal tenha transferido para o exterior mais 6.083,5 milhões € do que recebeu do estrangeiro, o que provocou que o valor do PIB (o que se produziu nesse ano) tenha atingido 171.112 milhões €, mas o valor do RNB (o que ficou em Portugal) tenha sido apenas de 165.028,5 milhões €. Em 2011, da riqueza criada por cada português com emprego, 1.251 € foram transferidos para o estrangeiro apenas para cobrir este saldo negativo. Eis uma outra consequência da política que tem sido seguida em Portugal, agravada ainda mais pela terapia de choque imposta pela “troika estrangeira” e pelo governo PSD/CDS, que tem sido escondida quer por estes “senhores” quer ainda pelos defensores do pensamento económico neoliberal dominante nos media em Portugal.

No estudo anterior que publicamos, referimos que Robert Reich, ex- secretário de Estado do presidente Clinton, em “AFTER SHOC – A economia que se segue e o futuro da América”, escreveu que “Quando o rendimento está concentrado em relativamente poucas mãos ... as poupanças deles (ricos e muito ricos) são acumuladas, para circularem numa fúria de especulação ou, sobretudo nos nossos tempos, para serem investidos no estrangeiro”. Interessa, por isso, conhecer o que está a acontecer em Portugal nesse campo. Para isso, vamos utilizar dados divulgados recentemente quer pelo Banco de Portugal quer pelo Instituto Nacional de Estatística. Se analisarmos o “activo” e o “passivo” da chamada “Posição de Investimento Internacional” do país, cujos dados são trimestralmente divulgados pelo Banco de Portugal no seu Boletim Estatístico, concluímos que a maior parte dos investimentos no

estrangeiro (Activo), assim como a maioria do investimento em Portugal (Passivo) são de natureza especulativa, pois não visam nem capacidade produtiva nem emprego, mas sim arrecadar juros elevados, mais-valias, etc. Os quadros seguintes, construídos com dados constantes do Boletim Estatístico de Fevereiro de 2012 do Banco de Portugal, mostram com clareza isso.

Quadro 1 – Valor e repartição dos Activos (investimentos) de Portugal no estrangeiro

ANOS	Investimentos directos de Portugal no exterior Milhões euros	Investimentos de carteira no exterior Milhões euros	Outros investimentos no exterior Milhões euros	Total dos activos no exterior Milhões euros	% dos Investimentos directos em relação Total
2006	40.989,9	121.744,4	114.289,6	277.023,9	14,8%
2007	45.994,0	129.469,5	123.487,6	298.951,1	15,4%
2008	45.272,7	126.713,3	112.236,4	284.222,4	15,9%
2009	47.529,8	146.247,4	114.262,5	308.039,7	15,4%
2010	49.941,7	145.796,6	125.434,3	321.172,6	15,5%
2011	52.593,9	115.630,0	123.405,4	291.629,3	18,0%

FONTE: Boletim Estatístico - Fevereiro de 2006 - Fevereiro de 2012 - Banco de Portugal

A primeira conclusão importante que se tira dos dados do Banco de Portugal é que o investimento total de residentes ou de entidades com residência em Portugal no exterior atingia, em 31.12.2011, 291.629,3 milhões euros, ou seja, era cerca de 1,7 vezes superior ao valor total do PIB de 2011 (riqueza criada no país durante o ano passado). Portanto, riqueza que foi criada em Portugal mas que não foi investida em Portugal para produzir riqueza e criar emprego. Outra conclusão importante que se tira dos dados do quadro1, é que apenas uma parcela muito pequena desses activos no exterior (entre 15,4% e 18% do total) são investimento directo, ou seja, foram aplicados directamente em empresas, para criar capacidade produtiva. Um parte muito importante (39,6%) são os chamados “investimentos de carteira”, ou seja, em acções e obrigações de curta e média aplicação visando a obtenção de ganhos financeiros rápidos, o mesmo sucedendo com os “Outros investimentos no exterior”, que representavam 42,3% dos activos no exterior em 2011. Uma situação muito parecida se verifica em relação ao “Passivo” da “Posição de Investimento Internacional”, ou seja, aos investimentos de estrangeiros em Portugal. O quadro 2, mostra com clareza a situação neste campo.

Quadro 2– Valor e repartição da dívida (Passivo) de Portugal ao estrangeiro (investimentos em Portugal)

ANOS	Investimentos directos do exterior em Portugal Milhões euros	Investimentos de carteira em Portugal Milhões euros	Outros investimentos do exterior em Portugal (*) Milhões euros	Total do PASSIVO do País Milhões €	% dos Investimentos directos em relação Total
2008	71.832,8	180.145,5	178.568,9	449.503,5	16,0%
2009	79.626,3	216.297,1	174.991,6	494.355,1	16,1%
2010	83.584,8	197.107,6	165.658,9	506.322,1	16,5%
2011	84.267,9	145.244,4	178.362,0	468.826,8	18,0%

(*) Na rubrica "Outros investimentos do exterior" retiramos os empréstimos do BCE

FONTE: Boletim Estatístico - Fevereiro de 2012 - Banco de Portugal

Em 31.12.2011, a dívida total bruta do país ao estrangeiro atingia 468.826,8 milhões de euros, ou seja, correspondia 2,7 vezes o valor do PIB de 2011. Deste total, apenas 18% era investimento directo do exterior em Portugal (aquele que é referido na propaganda oficial sobre investimento estrangeiro), ou seja, investimento tendo como objectivo directo aumentar a capacidade produtiva de empresas. Tudo o resto, na sua esmagadora maioria, eram aplicações financeiras que visavam obtenção de juros, mais-valias, etc., os quais, na sua maioria, não pagavam impostos em Portugal. O quadro seguinte, com dados do Banco de Portugal, mostra os rendimentos gerados em Portugal transferidos para o estrangeiro nos últimos anos.

Quadro 3 – Rendimentos transferidos para o estrangeiro – 2006/2011

ANOS	Rendimentos transferidos para o exterior TOTAL Milhões €	Rendimentos transferidos para o exterior - Dividendos e lucros distribuídos Milhões €	% dos dividendos e lucros distribuídos no Total de rendimentos transferidos para o estrangeiro	Rendimentos transferidos para o exterior que não tiveram como origem investimento directo Milhões €
2006	17.105	2.594	15,20%	14.512
2007	19.414	3.489	18,00%	15.925
2008	20.270	2.422	11,90%	17.848
2009	17.015	4.401	25,90%	12.614
2010	19.551	5.393	27,60%	14.158
2011	18.106	4.383	24,20%	13.723
SOMA	111.461	22.681	20,30%	88.780

FONTE: Boletim Estatístico - 2006-2012 - Banco de Portugal

Em apenas 6 anos (2006/2011), foram transferidos para o estrangeiro 111.461 milhões €, rendimentos gerados em Portugal, sendo 20,3%, ou seja, 22.681 milhões €, referentes a dividendos e lucros distribuídos, na sua maioria de investimentos directos. O restante, ou seja, 79,3%, isto é, 88.780 milhões €, são rendimentos resultantes, na sua maioria, de aplicações financeiras, para não dizer mesmo especulativas. Um aspecto importante que interessa destacar, é o facto daqueles 111.461 milhões € terem, na sua esmagadora maioria, como origem lucros, dividendos, juros, mais-valias, etc., gerados em Portugal, que não são investidos internamente para criar riqueza e emprego, mas sim transferidos directamente para o estrangeiro, e a maioria não paga quaisquer impostos em Portugal. É uma autêntica descapitalização do país que tem lugar todos os anos, mesmo com a crise (18.106 milhões de euros em 2011), o que agrava ainda mais a situação do país. Esta situação, como é fácil de concluir, será ainda agravada pela política de privatizações a saldo em benefício de estrangeiros levada a cabo pelo governo PSD/CDS com apoio da “troika estrangeira”. O quadro seguinte completa a análise feita, pois mostra que uma parte crescente da riqueza produzida anualmente no país (PIB) é transferida para o estrangeiro.

Quadro 4 – PIB e do RNB de Portugal a preços correntes no período 1996-2011

Anos	PIB Milhões €	Rendimento Nacional Bruto (RNB) Milhões €	% RNB em relação ao PIB	Diferença RNB-PIB Milhões euros	Total de emprego Milhares	PIB por empregado Euros	RNB por empregado Euros	RNB/empregado (-) PIB/empregado - €
1995	87.840,9	88.016,8	100,2%	175,9	4.530,9	19.387 €	19.426 €	39 €
1996	93.216,5	93.213,1	100,0%	-3,4	4.606,8	20.235 €	20.234 €	-1 €
1997	101.145,9	100.522,9	99,4%	-623,0	4.727,5	21.395 €	21.263 €	-132 €
1998	110.376,5	109.538,7	99,2%	-837,8	4.860,2	22.710 €	22.538 €	-172 €
1999	118.661,4	117.489,4	99,0%	-1.172,0	4.927,0	24.084 €	23.846 €	-238 €
2000	127.316,9	124.681,7	97,9%	-2.635,2	5.030,0	25.312 €	24.788 €	-524 €
2001	134.471,1	131.036,7	97,4%	-3.434,4	5.121,3	26.257 €	25.587 €	-671 €
2002	140.566,8	138.320,6	98,4%	-2.246,2	5.151,2	27.288 €	26.852 €	-436 €
2003	143.471,7	142.089,0	99,0%	-1.382,7	5.120,7	28.018 €	27.748 €	-270 €
2004	149.312,5	147.723,3	98,9%	-1.589,2	5.116,7	29.181 €	28.871 €	-311 €
2005	154.268,7	151.980,5	98,5%	-2.288,2	5.099,9	30.249 €	29.801 €	-449 €
2006	160.855,4	155.999,2	97,0%	-4.856,2	5.126,1	31.380 €	30.432 €	-947 €
2007	169.319,2	163.945,4	96,8%	-5.373,8	5.123,8	33.046 €	31.997 €	-1.049 €
2008	171.983,1	165.835,7	96,4%	-6.147,4	5.147,2	33.413 €	32.219 €	-1.194 €
2009	168.503,6	161.639,2	95,9%	-6.864,4	5.014,3	33.605 €	32.236 €	-1.369 €
2010	172.669,7	167.047,4	96,7%	-5.622,3	4.937,0	34.975 €	33.836 €	-1.139 €
2011	171.112,0	165.028,5	96,4%	-6.083,5	4.861,2	35.200 €	33.948 €	-1.251 €

FONTE: Contas Nacionais Anuais Provisórias - 4º Trim. 2011 - INE

O PIB (Produto Interno Bruto) corresponde ao valor da riqueza criada anualmente no país. O RNB (Rendimento Nacional Bruto) corresponde à riqueza que, em cada ano, fica no país, e que é repartida, embora de uma forma cada vez mais desigual, em Portugal. E como revelam os dados do quadro 4, o valor do RNB é cada vez mais reduzido do que o do PIB. Em 1995, o RNB era superior ao PIB em 175,9 milhões €, portanto Portugal recebia mais do estrangeiro do que transferia para o exterior. Em 1996, com a entrada na União Europeia, a situação inverteu-se e Portugal começou a transferir para o exterior mais do que recebia do exterior, situação que se agravou com a entrada para a Zona do Euro. Em 2011, segundo o Banco de Portugal, Portugal transferiu para o exterior mais 6.083,5 milhões € do que recebeu do estrangeiro, o que provocou que o valor do PIB (o que se produziu nesse ano no país) tenha atingido 171.112 milhões €, mas o valor do RNB (o que ficou em Portugal) tenha sido apenas de 165.028,5 milhões €. Em 2011, da riqueza criada por cada por cada português empregado em Portugal, 1.251 € foram transferidos para o estrangeiro apenas para cobrir este saldo negativo. Produz-se cada vez menos em Portugal, porque cada vez mais trabalhadores são despedidos e lançados no desemprego, e do pouco que se produz, uma parte crescente é ainda transferida para o estrangeiro. Eis uma outra consequência da política que tem sido seguida em Portugal, agravada ainda mais pela terapia de choque de austeridade que está a ser imposta pela “troika estrangeira” e pelo governo PSD/CDS, que tem sido escondida quer por estes “senhores” quer ainda pelos defensores do pensamento económico neoliberal dominante nos media em Portugal. A criação de um imposto extraordinário sobre os lucros, mais-valias e juros obtidos em Portugal, mas não investidos no país, é urgente para combater e reduzir o escândalo desta delapidação de recursos nacionais e descapitalização do País.

Eugénio Rosa, edr2@netacabo.pt, 22.3.2012 (GG)